

## AGRICULTORES FAMILIARES E SISTEMAS DE PRODUÇÃO DE FRUTAS EM ITAPURANGA, GOIÁS<sup>1</sup>

Glays Rodrigues Matos<sup>2</sup>, Joel Orlando Bevilaqua Marin<sup>3</sup>

### ABSTRACT

FAMILY FARMERS AND FRUIT PRODUCTION SYSTEMS IN ITAPURANGA, GOIÁS, BRAZIL

Itapuranga, a municipality in the State of Goiás, Brazil, has a significant representation of the family agriculture developing fruit production systems, especially passion fruit, papaya, and banana. The objective of this research is to analyze the production systems of the Itapuranga family farmers. The methodology used in this case study is based on the agrarian systems theory. The research techniques used for data collection for the field work were documental search, interviews, and observations. At the beginning, the production systems of the family farmers from Itapuranga comprised diversified crops, primarily for family consumption and commercialization of the surplus. Starting from the 1990s, the family farmers began to develop production systems specialized in fruit crops, integrated with other crop systems and with the dairy cattle system. The research concludes that, despite its limitations, the fruit crop developed in Itapuranga offers excellent potential for sustainable family farming.

**KEY-WORDS:** Family farming; agrarian systems; farming systems; production systems; fruit crops.

### RESUMO

Itapuranga, município do Estado de Goiás, tem uma representação significativa da agricultura familiar, com o desenvolvimento de sistemas de produção de frutas, especialmente maracujá, mamão e banana. O objetivo da pesquisa é analisar a organização do sistema de produção dos agricultores familiares fruticultores de Itapuranga. A metodologia utilizada está fundamentada no estudo dos sistemas agrários, sendo que as técnicas de pesquisa para o levantamento de dados de campo foram: pesquisa documental, entrevistas e observação. Inicialmente, os sistemas de produção dos agricultores familiares de Itapuranga estavam organizados em torno de lavouras diversificadas, orientados ao consumo da família e à comercialização dos excedentes. A partir da década de 1990, os agricultores familiares passaram a desenvolver sistemas de produção especializados na fruticultura, integrados a outros sistemas de cultivo e ao sistema de criação de bovinos de leite. A pesquisa conclui que, apesar das limitações, a fruticultura desenvolvida em Itapuranga representa um potencial de sustentabilidade da agricultura familiar.

**PALAVRAS-CHAVE:** Agricultura familiar; sistemas agrários; sistemas de produção; fruticultura.

### INTRODUÇÃO

No contexto atual, os agricultores familiares enfrentam dificuldades para se inserir nas cadeias produtivas do agronegócio, pois o processo de desenvolvimento da agricultura no Brasil não levou em consideração suas particularidades. A produção de *commodities* agrícolas, especialmente grãos, fibras, açúcar, álcool e carnes bovinas, geralmente, exige grandes extensões de terra e incorporação de tecnologias sofisticadas. As pequenas extensões de terra e os elevados custos dessas tecnologias constituem fatores limitantes aos agricultores familiares. As

formas de interação da agricultura familiar com os diferentes setores das cadeias produtivas do agronegócio podem variar e assumir feições heterogêneas e muito particulares.

Ao longo dos anos, os agricultores familiares demonstraram grande capacidade adaptativa aos diferentes ambientes socioeconômicos. A reprodução social destes agricultores depende de sua relação com as formas distintas e heterogêneas de estruturação social, cultural e econômica do capitalismo, num certo espaço e em dado contexto histórico. Assim, para garantir a viabilidade econômica, agricultores familiares de Itapuranga, Estado de Goiás, passaram

1. Trabalho recebido em jun./2008 e aceito para publicação em ago./2009 (nº registro: PAT 4096).

2. Embrapa Transferência de Tecnologia, Escritório de Negócios de Goiânia, Goiânia, GO, Brasil.

*E-mail:* glayssnt@cnpaf.embrapa.br.

3. Universidade Federal de Goiás, Escola de Agronomia e Engenharia de Alimentos, Setor de Desenvolvimento Rural, Goiânia, GO, Brasil. *E-mail:* marin@agro.ufg.br.

a desenvolver sistemas de produção que combinam fruticultura, horticultura e pecuária leiteira, além dos cultivos para o autoconsumo familiar.

O objetivo do presente artigo foi compreender a organização do sistema de produção de frutas, desenvolvido pelos agricultores familiares de Itapuranga, com ênfase nos processos de estruturação da cadeia produtiva. Os objetivos específicos foram compreender os sistemas de produção historicamente construídos pelos agricultores familiares, as principais características da cadeia produtiva de frutas e as estratégias produtivas dos agricultores familiares fruticultores, a partir do estudo da dinâmica e limitações das unidades produtivas.

## METODOLOGIA

O estudo dos sistemas de produção possibilita compreender as estratégias sociais dos agricultores familiares, em sua relação com a complexidade e diversidade do meio ambiente, integração ao mercado, políticas públicas e entorno socioeconômico. De acordo com Guanziroli et al. (2001), a diversidade de situações, nas quais se encontra a agricultura familiar, reflete-se nos diferentes sistemas de produção adotados, que podem ter efeitos diferenciados, em diferentes regiões. Entretanto, estratégias que se revelaram viáveis podem servir de indicação mais geral para a elaboração de políticas de desenvolvimento rural e local. Os sistemas produtivos refletem as potencialidades e restrições socioambientais e agrônômicas, bem como a história das comunidades locais e das famílias que os adotam. A compreensão de sua lógica e dinâmica requer a reconstrução de seu processo histórico, das restrições e oportunidades enfrentadas pelas famílias (Garcia Filho 1999).

Conforme Corrales & Ribier (1993), os sistemas de produção se caracterizam por seus objetivos, limitações, produção vegetal e animal, técnicas produtivas, recursos e resultados. O âmbito dos sistemas de produção se situa no estabelecimento rural, de onde se analisam as inter-relações existentes nos sistemas de cultivo, criações e manejo dos recursos florestais, a sucessão destes e as técnicas aplicadas. Por sua vez, o estudo dos sistemas de produção revela a eleição, por parte do agricultor, das melhores combinações para alcançar seus objetivos, em dado meio natural e socioeconômico. A utilização dos recursos disponíveis na unidade de produção define a coerência interna do sistema de produção, ou seja, sua lógica de funcionamento. A relação do sistema

de produção com o exterior – organização social e leis econômicas – determina sua racionalidade socioeconômica.

No caso de Itapuranga, os agricultores modificaram seus sistemas de produção, ao longo do tempo, visando a adaptarem-se às transformações socioeconômicas e ambientais da região e do País (Caume 1997). No contexto atual, os agricultores familiares desenvolvem sistemas produtivos que associam fruticultura, horticultura, pecuária leiteira e produção diversificada de gêneros alimentícios para autoconsumo.

O município de Itapuranga localiza-se no território do Vale do Rio Vermelho, mesorregião do Centro Goiano e microrregião de Ceres, Estado de Goiás, distante 170 km de Goiânia. A população total do município é de 24.832 habitantes, sendo que 19.090 (76,9%) vivem no meio urbano e 5.742 (23,1%) no meio rural. O município ocupa uma área de 1.277 km<sup>2</sup> e tem uma representação significativa da agricultura familiar. De acordo com os dados do IBGE, Censo Agropecuário de 1996, cerca de 92% dos estabelecimentos rurais de Itapuranga podem ser categorizados como pertencentes a agricultores familiares. A estrutura fundiária do município indica que 83% dos imóveis rurais possuem área inferior a 80 hectares. Além disso, os agricultores familiares são responsáveis por 66% do Valor Anual Bruto da Produção Agropecuária do município, o que representa uma contribuição significativa na produção agrícola e na movimentação da economia local.

Desde a década de 1990, o município de Itapuranga se destaca como importante pólo na produção de frutas em Goiás, especialmente maracujá, mamão e banana, associada à produção de leite, hortaliças e gêneros alimentícios de autoconsumo familiar. Para compreender os sistemas de produção dos agricultores familiares fruticultores de Itapuranga, foram utilizadas a pesquisa documental, observação e, principalmente, entrevistas. Os entrevistados foram dispostos em dois grupos. No primeiro grupo, a escolha foi dirigida para quinze agricultores familiares, que cultivam frutíferas de interesse comercial em sistemas de produção especializados, associados à Cooperativa de Agricultores Familiares de Itapuranga (Cooperafi). As unidades produtivas amostradas são pequenas, com predomínio de área entre 10 e 25 hectares, normalmente exploradas e geridas pelos próprios agricultores familiares, com eventual contratação de mão-de-obra assalariada. O segundo grupo foi composto por lideranças locais, moradores mais

antigos, técnicos e comerciantes, que ofereceram informações gerais sobre os sistemas de produção historicamente implantados e os atuais sistemas de organização da fruticultura no município.

### ORGANIZAÇÃO E CRISE DOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO DIVERSIFICADOS

Segundo Brandão (1986), durante a fase de mineração (1720-1780), a região que hoje compreende o município de Itapuranga não teve importância econômica e serviu apenas como local de passagem entre os arraiais do ouro. A povoação de Itapuranga começou em 1933, por ocasião de um requerimento formulado pelos padres dominicanos, ao Estado de Goiás, de um título de terras devolutas, às margens do Rio Canastra. O povoado recebeu o nome de Xixá, porque a primeira missa campal foi celebrada à sombra de uma árvore denominada “Xixazeiro”. O povoado foi elevado à categoria de município, sob a denominação Itapuranga, conforme a lei nº 748 de 1953, com o desmembramento de parte do município de Goiás, no contexto do grande crescimento populacional promovido pela “Marcha para o Oeste”.

Segundo Duarte (1999), no contexto da Marcha para o Oeste, as terras inexploradas e devolutas, encontradas em abundância na região, tornaram-se foco de atração, tanto para lavradores pobres, quanto especuladores ou proprietários que dispunham de capital. A disponibilidade de terras, com preços acessíveis e fertilidade natural, viabilizou o projeto de reprodução social dos agricultores familiares dos Estados do Sudeste e Nordeste do País, nessa região de fronteira. Na ocasião, foram atraídos para a região muitos agricultores provenientes de outros Estados da Federação, dando início à atual conformação do município, marcada pela forte predominância de agricultores familiares, estabelecidos em pequenos lotes de terra.

Esses agricultores passaram a desenvolver sistemas de produção orientados para a diversificação produtiva, com vistas a atender às necessidades alimentares do grupo familiar e à comercialização de excedentes, para obter os meios de vida não produzidos diretamente na propriedade. A implantação e o desenvolvimento dos sistemas de produção dependiam, basicamente, da mão-de-obra familiar. A família era do tipo nuclear, isto é, formada pelo pai, mãe e filhos. A organização do trabalho familiar estava fundamentada nas relações de gênero e idade. Assim, cada integrante tinha um papel a desempenhar

na unidade produtiva, envolvendo homens, mulheres, idosos, jovens e crianças.

Os sistemas de cultivo caracterizavam-se pela produção diversificada de arroz, milho, feijão, mandioca, café, cana-de-açúcar, algodão, amendoim, frutas de quintal e hortas. De acordo com os depoimentos orais, a formação das lavouras se dava com a derrubada das matas, queimada e plantio. A primeira lavoura a ser cultivada era a do arroz, realizada entre os tocos, e, na sequência, cultivavam-se o milho e o feijão, por três ou quatro anos. Neste lapso de tempo, os agricultores roçavam outro terreno, para prepará-lo para um novo ciclo, ampliando as áreas cultivadas. Parte do terreno era aproveitada para formar pastagens, ou lavoura de café. A outra parte se transformava em “capoeira”, com o propósito de descansar a terra para a regeneração da vegetação e restabelecimento da fertilidade natural do solo. Os agricultores familiares de Itapuranga procuravam intensificar o uso da mão-de-obra e melhorar a fertilidade natural dos solos, com o propósito de produzir com baixo custo. Ademais, não havia incidência de pragas, pois os cultivos múltiplos propiciavam certo equilíbrio ao meio ambiente.

As criações de animais domésticos, como parte dos sistemas de produção, eram muito valorizadas pelos agricultores nos serviços rotineiros, no transporte de cargas e pessoas, na alimentação familiar ou na complementação da renda. Os suínos eram criados, predominantemente, à solta e tinham a finalidade principal de fornecer banha e carne, amplamente usadas no preparo de diversos alimentos. Outro elemento obrigatório dos quintais era a criação de galinhas, muito valorizada pela produção de ovos e carne. A criação de bovinos, além da produção de leite e derivados, como o creme, doce, requeijão e queijo, atendia às necessidades de parte dos serviços de transporte ou de tração.

Neste período, os agricultores encontravam-se subordinados, basicamente, aos comerciantes. Na época das colheitas, os comerciantes compravam a produção agrícola e revendiam nos centros urbanos ou comerciais. Como havia grande oferta de produtos agrícolas, basicamente no mesmo período, os preços eram rebaixados. Os comerciantes também revendiam bens industriais e manufaturados, que os agricultores não produziam em suas propriedades, sendo, portanto, os principais agentes que interligavam os agricultores familiares, no âmbito das trocas comerciais. No entanto, a particularidade deste processo consistiu em que o capital comercial se mantinha na

esfera da circulação, sem interferir, diretamente, nas formas de produzir, nas tecnologias empregadas e na produtividade do trabalho (Duarte 1999).

A partir da década de 1960, o município passou por profundas transformações, em decorrência das políticas de intervenção do Estado no setor agrícola. Em Itapuranga, a intervenção estatal resultou na presença da Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR/GO), precursora da Emater/GO, na instalação de uma agência do Banco do Brasil, abertura de novas estradas, construção de pontes e rodovias asfaltadas e na intensificação da utilização de máquinas e insumos modernos (Lunardi 1999).

O conjunto das políticas de intervenção estatal promoveu mudanças graduais no nível tecnológico dos sistemas de produção. De acordo com os depoimentos orais, progressivamente, os agricultores familiares de Itapuranga deixaram de usar ferramentas manuais e adotaram a carpeideira de tração mecânica. Trocaram o arado de bois pelo arado puxado por trator e substituíram a matraca pela plantadeira de tração mecânica. Os sistemas de produção se tornavam cada vez mais intensivos, em decorrência dos incentivos do crédito rural e do serviço de extensão rural, que condicionavam a aquisição de máquinas e insumos modernos. Inicialmente, os agricultores adotaram os adubos químicos, como tentativa de recuperar a fertilidade dos solos e disponibilizar os nutrientes na quantidade demandada pelas culturas, no novo ritmo de produção. Posteriormente, os agrotóxicos foram incorporados aos tratamentos culturais, à medida em que as pragas se tornavam uma ameaça à produção.

Segundo Lunardi (1999), a maior utilização de insumos modernos, em especial adubos e agrotóxicos, estava condicionada ao crédito rural e à necessidade de aumento da produtividade agropecuária, uma vez que os agricultores familiares de Itapuranga não dispunham de novas áreas de terra. Em face dessa limitação, a alternativa era intensificar os processos produtivos, com a incorporação de técnicas modernas, organizadas nos pacotes tecnológicos. Assim, os tratores foram adotados pelos agricultores, o que facilitou os serviços de preparo do solo e plantio, bem como o aumento da área cultivada. A adoção de novas tecnologias no preparo de solo, plantio e capina reduziram a demanda por mão-de-obra familiar, mas a colheita dos diversos produtos agrícolas continuou predominantemente manual.

Contudo, as novas tecnologias implicavam em aumento dos custos de produção, mas os preços dos produtos agrícolas não eram compensadores e

os financiamentos tornavam-se onerosos e restritivos aos agricultores familiares. O conjunto desses problemas provocou modificações nos sistemas de produção, com o crescimento da atividade leiteira, em detrimento dos sistemas de cultivos diversificados. Os agricultores perceberam que a pecuária leiteira proporcionava maior estabilidade e retornos econômicos mais constantes, além dos incentivos governamentais advindos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO). A substituição da pastagem natural pela plantada tornou-se condicionante para a implantação da pecuária especializada. Os agricultores familiares passaram a cultivar as pastagens com o capim *Brachiaria*, com o propósito de garantir alimento para um maior número de cabeças de gado e aumentar a produção de leite e carne (Caume 1997).

A produção de hortaliças também se tornou uma alternativa para os agricultores de Itapuranga. Essa atividade iniciou-se quando as culturas tradicionais ainda eram relevantes, a princípio, sem expressão econômica, mas, aos poucos, a horticultura se constituiu numa opção, frente às adversidades das culturas tradicionais. Os agricultores tornaram-se mais receptivos às demandas do mercado e buscaram adotar o padrão tecnológico exigido, como o uso da irrigação, facilitada pelo declive leve do terreno, e a boa disponibilidade de água.

Houve uma variabilidade de renda obtida pelos agricultores, influenciada pelo gerenciamento dos fatores produtivos, busca de melhores canais de comercialização, formação profissional do agricultor e disponibilidade de capital. Os principais produtos hortícolas cultivados foram: tomate, pimentão, pimenta, abóbora, pepino, melancia, repolho e folhosas. Os locais de comercialização utilizados foram a Central de Abastecimento (Ceasa), quando havia maior produção, bem como os mercados locais de Itapuranga.

Portanto, a necessidade de se buscar alternativas para a crise das lavouras tradicionais levou os agricultores familiares a modificarem seus sistemas de produção, até então organizados na diversificação e na uniformidade das culturas voltadas ao comércio. Os agricultores familiares redefiniram seus sistemas de produção, para uma maior especialização produtiva, porém, com maior variação dos produtos destinados ao comércio, quando se analisa o conjunto dos agricultores do município. Assim, os agricultores familiares de Itapuranga adequaram seus sistemas de produção ao desenvolvimento conjugado da fruticultura, horticultura e bovinocultura de leite.

De maneira geral, como observam Guanziroli et al. (2001), os agricultores familiares adotam sistemas que conjugam atividades intensivas em trabalho e terra, com atividades menos intensivas. Quanto menor a disponibilidade de área, maior a importância relativa dos cultivos altamente exigentes em mão-de-obra e intensivos no uso do solo, como a horticultura e a fruticultura.

#### A CADEIA PRODUTIVA DE FRUTAS DE ITAPURANGA

De acordo com as informações orais, em Itapuranga, desde a década de 1990, as culturas tradicionais de milho, arroz e feijão foram perdendo importância comercial para a fruticultura, em especial os cultivos de maracujá, banana e mamão. Os agricultores familiares procuraram especializar-se em cultivos comerciais que se apresentam mais adequados ao seu ecossistema e que encontram preços favoráveis e mercado garantido. A fruticultura apresentou maiores perspectivas de renda para os agricultores e condições apropriadas de cultivo de pequenas áreas de terra. A experiência de agricultores familiares na produção de maracujá, no sistema de integração, em uma agroindústria de sucos de Araguari, Estado de Minas Gerais, serviu de estímulo para os agricultores de Itapuranga. Os primeiros experimentos com o cultivo de maracujá foram considerados satisfatórios e, à medida que a produção se expandia e os mercados se firmavam, os agricultores pioneiros deixaram de produzir as lavouras diversificadas e se especializaram nessa produção. Aos poucos, a vizinhança seguiu o exemplo exitoso.

Em face desses problemas, os agricultores de Itapuranga procuraram ampliar as variedades de frutas, com o cultivo de banana e mamão. A banana, da variedade Maçã, despertou interesse, em razão dos preços de mercado e da experiência com a cultura na região. A cultura do mamão, em decorrência da crise ocorrida em 2004, na produção no norte do Espírito Santo e no sul da Bahia, tornou-se atrativa aos agricultores, devido aos bons preços alcançados no comércio de Goiânia. Atualmente, o universo de fruticultores de Itapuranga compõe-se de 220 produtores de maracujá, com áreas que variam de 0,5 a 5,0 hectares, 26 produtores de mamão e 35 produtores de banana, das variedades Marmelo, Pakovan, Missouri e, especialmente, Maçã. Alguns agricultores procuram diversificar suas atividades, com o plantio

de maracujá, mamão, pimenta e hortaliças, além da produção de leite.

A cadeia produtiva das frutas de Itapuranga, entendida como a sequência de operações que conduzem à produção de bens (Zilbersztajn 2000), não está organizada nos termos de contratos de integração entre os agricultores e a agroindústria de processamento. Os integrantes da cadeia produtiva das frutíferas de Itapuranga estão constituídos pelos segmentos industriais de máquinas e insumos, comerciantes e representantes da distribuição dessas tecnologias, agricultores familiares, setor de distribuição atacadista e varejista de frutas e pelo setor financeiro, representado pelo Banco do Brasil, todos eles estabelecendo estratégias e relações de interdependência ou de complementaridade, de acordo com os seus distintos interesses. Dessa forma, o estudo da cadeia produtiva de frutas de Itapuranga requer a abordagem das relações estabelecidas entre os agricultores familiares fruticultores e os segmentos que fornecem máquinas e insumos agrícolas, que comercializam as frutas *in natura* ou que fazem o processamento industrial das frutas e que disponibilizam o financiamento agrícola, por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Para a produção de frutas, os agricultores precisam adquirir máquinas, equipamentos e insumos, como fertilizantes e corretivos, agrotóxicos, sementes e/ou mudas. Essas tecnologias são adquiridas de forma individualizada, no comércio de Itapuranga ou de Goiânia. Os agricultores familiares notam que o adubo não apresenta diferença considerável de preço entre esses dois locais de compra, mas, quanto aos produtos fitossanitários, o preço no município de Itapuranga é significativamente superior. Não existe, neste município, produção de mudas em empresas especializadas, com estrutura telada, padrão de qualidade e responsável técnico. Desta forma, alguns agricultores, aposentados e jovens, envolvendo cerca de oito “viveiristas”, fazem a produção e comercialização de mudas de maracujá, como forma de complementação de renda. O agricultor leva as sementes e o “viveirista” produz as mudas por encomenda. Porém, a maioria dos agricultores prefere fazer a produção própria das mudas que precisa em sua lavoura.

As frutas produzidas em Itapuranga são comercializadas, predominantemente, no mercado de frutas *in natura*, pois os agricultores ainda não têm condições de fazer o beneficiamento industrial. A banana, por exemplo, é comercializada em cacho, pelo agricultor, embora o “despencamento” na pro-

priedade possa agregar valor à produção. Porém, de acordo com os depoimentos orais, esse procedimento exigiria mais emprego de mão-de-obra, implicando em sobrecargas aos membros da família dos agricultores, ou a contratação de trabalhadores assalariados. A contratação de mão-de-obra assalariada, para esta tarefa, implica em dispêndios monetários que, nem sempre, compensam.

As opções de comercialização dos agricultores familiares produtores de frutas de Itapuranga são diversas. A forma mais utilizada é a venda aos atacadistas, que distribuem a produção para as Centrais de Abastecimento (Ceasa) de Brasília e Goiânia. A qualidade dos frutos *in natura* é avaliada pela aparência e tamanho, de acordo com o padrão estabelecido pelo mercado. O maracujá representa o maior volume desse tipo de comercialização. De modo geral, o agricultor não tem uma regularidade na oferta, ou sua produção é tão pequena que não justifica investimento em transporte próprio. Ao mesmo tempo, a produção é grande para o mercado local e não há possibilidade de armazenagem, pois isto implicaria em eventuais perdas aos agricultores familiares.

Em Itapuranga, os fruticultores são dependentes de agentes intermediários, ou “atravessadores” (como são denominados os atacadistas locais), que determinam o valor do produto, bem como estão sujeitos à perda da produção, nos momentos de grande oferta. O preço pago ao agricultor familiar sempre é estabelecido pelo atacadista, que utiliza como referência o preço pago no mercado, garantindo, para si, uma margem de lucro mais ou menos fixa. Os preços variam conforme a oferta das frutas, o que implica em grandes oscilações ao longo do ano, cujo risco sempre é do agricultor.

Para se evitar a especulação dos atravessadores, alguns agricultores fazem o transporte e a venda da produção diretamente na Ceasa, em Goiânia. Neste mercado, cerca de 50% da quantidade é vendida, à vista, para compradores esporádicos. O restante é entregue nos depósitos (boxes), com pagamento a prazo. Para adentrar a esse espaço de comercialização, é necessário volume e regularidade de produção, além das exigências em termos de qualidade do produto, condições que poucos agricultores familiares conseguem atender.

Quando se tratam de pequenos volumes de produção, o agricultor também pode vender no comércio varejista local e regional, nos denominados “verdурões”. Outra forma vantajosa aos agricultores familiares é a comercialização direta ao consumidor,

na Feira do Produtor ou na Feira Livre de Itapuranga. Esses espaços tornam viáveis a diversificação de produtos, o pequeno volume de produção e os “frutos de estação”, colhidos nos quintais e sem regularidade, durante o ano. Além disso, as feiras possibilitam entradas monetárias semanais, que servem para cobrir as despesas ordinárias das famílias dos agricultores.

Em Itapuranga, existem pequenas fábricas de doces, que processam diversas espécies de frutas, especialmente da produção que não alcançou os padrões de qualidade, ou que excedeu a demanda do mercado. A produção de maracujá, de qualidade inferior para o mercado *in natura*, principalmente devido ao reduzido tamanho e alterações visuais na casca, pode ser aproveitada para polpa. O próprio agricultor extrai a polpa, para comercializar diretamente nas feiras, no mercado atacadista ou nas pequenas agroindústrias instaladas na cidade. Desta maneira, consegue aproveitar e agregar valor aos frutos desqualificados pelo mercado *in natura*. O agricultor pode, ainda, vender os frutos ao atacadista, que faz a extração da polpa, recebendo menor valor pelo produto, mas não tendo o trabalho de despolpar.

A Cooperafi, fundada em 1998, procura criar alternativas de viabilização técnica e econômica para os agricultores familiares. Em julho de 2006, apenas doze, num total de vinte e oito cooperados ativos, eram fruticultores. Porém, a comercialização não tinha a participação da cooperativa. Houve uma tentativa de se organizar um espaço de comercialização na Ceasa, com o objetivo de contribuir para a melhoria da comercialização das frutas produzidas pelos agricultores, mas não foi bem sucedida. O Programa de Aquisição de Alimentos, modalidade “Compra Direta” do agricultor familiar, com recursos da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), iniciado no segundo semestre de 2006, viabiliza a comercialização de diversos produtos agrícolas e garante a renda aos agricultores. Este canal de comercialização tem sido uma alternativa para os agricultores que produzem banana, mamão e hortaliças, porque atuam em um mercado que consideram viável e organizado.

Em suma, a produção de frutas dos agricultores familiares de Itapuranga está interligada à indústria de produção de bens industriais, pela aquisição de máquinas, insumos e equipamentos, bem como ao setor comercial, pelas redes de comercialização de atacado e varejo. Embora haja dependência, em relação aos setores industriais e comerciais, os agricultores familiares procuraram garantir certa

autonomia para atuar no processo produtivo e no mercado de frutas. No entanto, há um descontentamento dos agricultores familiares, em relação aos elevados custos de produção, baixos preços das frutas e oscilações do mercado. Diante desses problemas, as organizações de representação dos agricultores familiares, especialmente a Cooperafi e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itapuranga (STRI), procuram facilitar o acesso às políticas públicas e construir redes de apoio à fruticultura no município, no sentido de proporcionar melhores oportunidades de produção e de mercado. Dentre os trabalhos dirigidos aos produtores de frutas de Itapuranga, constam alguns projetos desenvolvidos por instituições como a Embrapa e a Universidade Federal de Goiás, que visam a capacitá-los, para a produção de mudas de frutíferas e transição agroecológica. Outro projeto, financiado pela Petrobrás e coordenado pela Cooperafi, tem por objetivos o processamento industrial de frutas e a validação de alternativas tecnológicas, gerenciais e organizativas dos sistemas de produção, para as culturas de uva, mamão, maracujá e banana. A Agenciarrural também desenvolve um projeto para a produção de mudas de maracujá e mamão e outro para o aproveitamento de frutíferas nativas do Cerrado. Assim, por meio de suas organizações de representação, os agricultores familiares procuram ampliar o leque de estratégias de inserção, que se concretizam na reconfiguração das redes existentes, ou pela criação de novas redes de organização.

A assistência técnica atualmente disponível para os agricultores familiares produtores de frutas de Itapuranga restringe-se aos extensionistas locais da Agenciarrural: um engenheiro agrônomo e um técnico agrícola. Considerando-se o número de propriedades do município (cerca de 2.000, das quais por volta de 1.800 são de agricultura familiar e, aproximadamente, 400 com produção de frutas), esses profissionais não conseguem realizar um trabalho sistemático de assistência técnica individualizada, para atender às necessidades específicas dos agricultores fruticultores. Portanto, a maior parte deles produz sem orientação técnica especializada e, não raramente, os agrônomos responsáveis pelas lojas de produtos agropecuários tornam-se consultores. Nesta relação, o importante é vender a maior quantidade de produtos, em detrimento da necessidade de se reduzir os custos de produção e em desconsideração aos possíveis impactos negativos sobre o meio ambiente ou sobre a saúde dos agricultores.

Conforme Guanzioli et al. (2001), os serviços de assistência técnica e extensão rural, meteorologia e assessoria à comercialização são fundamentais para a viabilidade dos sistemas mais avançados, como os da fruticultura. A ausência e/ou deficiência destes serviços restringe o desenvolvimento e a consolidação de sistemas produtivos, nos quais os agricultores familiares poderiam ser mais competitivos. A precarização dos serviços de orientação técnica e profissional dificulta a superação dos problemas relacionados à produção de frutas em Itapuranga, especialmente a comercialização, qualificação da mão-de-obra, manejo adequado das doenças e pragas das lavouras, uso intensivo de agrotóxicos, erosão dos solos e preservação das matas ciliares dos cursos d'água.

Em contrapartida, a institucionalização do Pronaf universalizou o acesso ao crédito rural, para os agricultores do município. De acordo com dados da Secretaria de Agricultura Familiar, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, na safra 2000/2001, foram realizados 485 contratos de Pronaf em Itapuranga, com montante de R\$ 1,187 milhão. Desde então, os números são crescentes e alcançaram um total de 1.778 contratos e montante de R\$ 8,882 milhões, na safra 2005/2006 (Brasil 2006). A Agenciarrural, escritórios privados de planejamento e a Cooperafi são as instituições credenciadas para a elaboração dos projetos de financiamento do Pronaf. Os recursos do Pronaf, com taxas relativamente baixas, viabilizam a aquisição dos bens de custeio e alguns investimentos em tecnologias para melhoria dos sistemas de produção de frutas. Porém, o crédito rural, tão necessário e demandado, vem se tornando um problema para muitos agricultores, em função do endividamento. Ocorre que, nem sempre, há vinculação, de fato, entre o financiamento obtido e o objeto financiado, seja na lavoura, ou na criação apresentada no projeto do Pronaf. Dessa forma, a tomada de financiamentos bancários deixa os agricultores em permanente endividamento com o sistema financeiro, representado pelo Banco do Brasil, que concede os recursos do Pronaf. Não raro, os agricultores fazem um novo empréstimo para pagar o anterior, ou tomam dinheiro emprestado de agiotas.

## O SISTEMA DE PRODUÇÃO DE FRUTAS DE ITAPURANGA

O manejo das frutíferas demanda muita mão-de-obra, em, praticamente, todas as etapas do processo produtivo. No preparo do terreno, apesar

da possibilidade de mecanização, é utilizada a tração animal, em razão das áreas serem pequenas. O preparo e plantio das mudas, adubação de plantio e de cobertura, capinas, desbrotas, tutoramento e polinização do maracujazeiro, o desbaste no mamoeiro e as colheitas são operações manuais. A irrigação, tanto de sulcos, quanto de aspersão, exige a presença constante de pessoas para sua operacionalização. A aplicação de agrotóxicos, prática comum nos cultivos do maracujá e mamão, também é uma atividade basicamente manual.

A utilização de tecnologias na fruticultura ocorre, predominantemente, pelas experiências adquiridas pelos próprios agricultores ou pelos vizinhos. A partir das experiências vivenciadas, o agricultor passa a compreender os limites da atividade que exerce. As espécies de frutas utilizadas em Itapuranga apresentam um ciclo de produção limitado, sendo de uma a duas safras, para cultura do maracujá, duas ou três safras, para a cultura do mamão, e duas a quatro safras, para a cultura da banana Maçã. Essa característica viabiliza a estratégia de rotação de culturas, com pastagem e/ou cultura de milho, principalmente. Em razão de dispor de pequenas áreas de terra, os agricultores, normalmente, recorrem ao arrendamento, como forma de aproveitar melhor a mão-de-obra familiar, enfrentar os problemas fitossanitários e aumentar a renda familiar.

Na fruticultura de Itapuranga, prevalece o trabalho familiar. Porém, a mão-de-obra vem se tornando um recurso limitante aos agricultores familiares, em função da redução do tamanho das famílias e da migração dos filhos que têm maior escolaridade para as cidades ou para o exterior, frequentemente para a Espanha, Portugal e Estados Unidos. Assim, a redução da força de trabalho familiar e o envelhecimento dos agricultores familiares dificultam a expansão dos cultivos de frutas. Os filhos, a partir de dez a doze anos, ajudam no trabalho, porém, de maneira parcial, porque passam um período na escola. Ao concluir o segundo grau, os jovens ingressam em universidades, ou procuram empregos em cidades e, com isso, deixam de trabalhar no meio rural. Para que a atividade produtiva seja viável, do ponto de vista econômico, os agricultores familiares buscam reduzir a contratação de trabalho assalariado e utilizar a mão-de-obra dos membros da família, uma vez que representa menor custo de oportunidade. Eventualmente, ocorre a contratação temporária de trabalhadores assalariados, em especial quando as atividades agrícolas se tornam mais intensivas,

como ocorre quando há implantação de novas lavouras e realização de capinas.

Sendo culturas de certa perenidade, o maracujá, o mamão e a banana possibilitam a ocupação da mão-de-obra ao longo do ano. Ainda que sejam intensivas em mão-de-obra, essas culturas possibilitam melhor ocupação da força de trabalho familiar, uma vez que as tarefas de plantio, manejo e colheita são escalonadas ao longo do ano. Os agricultores procuram planejar a produção, com plantio escalonado e uso de tecnologia, a fim de melhorar a distribuição da demanda por mão-de-obra.

A adoção de sistemas de irrigação tem o propósito de tornar o processo produtivo mais intensivo, aproveitar a terra disponível e empregar a mão-de-obra familiar. Essa técnica está evoluindo, em situações diversas. Na produção de banana, não foram incorporadas técnicas de irrigação, enquanto, na produção de maracujá, são encontrados sistemas com irrigação por sulcos, na maioria das áreas cultivadas. Entre os agricultores mais capitalizados, tornou-se comum a utilização de mangueiras, para molhar, individualmente, as plantas das culturas de maracujá e de mamão. Também, em algumas unidades mais capitalizadas, é utilizada a irrigação por aspersão e por microaspersão, técnica que melhora, consideravelmente, a eficiência produtiva e reduz a necessidade de mão-de-obra. No entanto, esse sistema de irrigação requer maior capacidade de investimento na sua implantação, tornando-se restritivo à maioria dos agricultores fruticultores.

A grande incidência de pragas e doenças, além de proporcionar prejuízo econômico no cultivo das fruteiras, tem o agravante da utilização de agrotóxicos. Os agricultores têm dificuldades para lidar com os problemas fitossanitários que, constantemente, surgem nas frutíferas. Diante da deficiência dos serviços de pesquisa e assistência técnica, os agricultores recorrem aos agrotóxicos, como forma de “proteger” lavouras de frutas e investimentos realizados. Via de regra, o uso desses produtos é inadequado e intensivo. Por consequência, foram relatados diversos casos de intoxicação, pelo uso intensivo de agrotóxicos, principalmente na cultura do maracujá. Constata-se, no entanto, que os agricultores não costumam usar, rotineiramente, equipamentos de proteção individual, durante o manuseio desses produtos tóxicos.

Em face desses problemas, está aumentando o interesse dos agricultores na utilização do controle natural de pragas e na conversão para o sistema orgânico, para prescindir do uso de agrotóxico. Com



isso, esperam evitar intoxicações da própria família e dos consumidores, além de obter melhores preços no mercado de “produtos limpos”. O processo de transição agroecológica já faz parte das estratégias da Cooperafi, particularmente na fruticultura, com vistas a reduzir os custos de produção, mitigar os efeitos nocivos do uso de agrotóxicos no meio ambiente e na sociedade, além de obter melhores oportunidades de mercado aos agricultores.

Outros problemas ambientais estão relacionados aos cuidados com a conservação do solo e a preservação da mata ciliar. As exigências de reserva legal e, principalmente, de mata ciliar, são reconhecidas como necessárias por diversos agricultores. Porém, essa exigência nem sempre é cumprida satisfatoriamente, sob a alegação da falta de recursos financeiros para custear as despesas. Alguns agricultores procuram manter as margens de córregos sem limpar, com a finalidade de reconstituir a mata ciliar. Também ocorrem pequenos reflorestamentos, com a utilização de espécies variadas, principalmente Ipê, Aroeira, Xixá, Argelim e Gonçalo, dentre outras. No que se refere às práticas de conservação do solo, os agricultores fazem terraços para o cultivo de banana e mamão, mas, para o maracujá, ocorre a modalidade de plantar “morro abaixo”, para facilitar a irrigação por sulco. Alguns agricultores começaram a utilizar plantas leguminosas como adubação verde, técnica que contribui para descompactar e proteger o solo, aumentar a quantidade de matéria orgânica e disponibilizar nitrogênio no terreno.

Ainda para melhorar as condições do solo, os agricultores familiares aproveitam o esterco de gado, para adubação orgânica de frutas e hortaliças. Os sistemas de cultivo da fruticultura realizados em Itapuranga têm uma forte integração com os sistemas de criação da pecuária leiteira, em dois aspectos. Primeiro, por meio da utilização do esterco para adubação das frutíferas, principalmente nos cultivos de mamoeiros e bananeiras, e, em menor proporção, nos maracujazeiros. Segundo, por meio da rotação das áreas cultivadas com frutíferas e pastagens, principalmente no caso do maracujazeiro. A rotação traz vantagem, também, para a pecuária, devido à renovação da pastagem, pelo aproveitamento dos resíduos de adubação da frutífera produzida anteriormente.

No sistema de produção dos agricultores familiares fruticultores de Itapuranga, encontram-se diferentes combinações, desde os que produzem apenas uma variedade de fruta, até os que optam pela diversificação da produção. Ao lado da fruticultura, é

comum a produção de leite, com certo grau de tecnificação, destinada ao processamento agroindustrial. Os suínos e aves, além de importantes na alimentação da família, eventualmente são comercializados nos mercados locais, especialmente nas feiras. Das culturas tradicionais, abundantes até o final da década de 1980, restam o arroz, milho, mandioca, feijão e batata-doce, dentre outras. No caso do arroz, os agricultores fazem o cultivo em lavouras comunitárias e em algum complemento de área da propriedade, com o objetivo exclusivo do consumo familiar. A produção de milho está mais presente nas unidades produtivas, pois é muito valorizado na alimentação dos animais domésticos e na rotação de culturas, além de ter boa aceitação nas feiras e mercados locais. A mandioca também é cultivada por todos os agricultores familiares, com vistas à alimentação da família e à venda de excedentes, tanto *in natura*, como em forma de farinha e polvilho. As hortaliças, especialmente abóbora, alface, beterraba, brócolis, cenoura, “cheiro verde”, couve, jiló, quiabo, pepino, repolho, pimenta e tomate também integram a lógica da produção para autoconsumo familiar e para o mercado local. Alguns agricultores estão investindo em infraestrutura para a produção de hortaliças, a serem fornecidas nas épocas das chuvas, com a utilização de cobertura plástica. As frutas existentes nos quintais, ou dispersas na unidade de produção, como o tamarindo, são utilizadas no consumo familiar e na venda de excedentes no mercado.

Apesar da tendência da intensificação das atividades produtivas em torno das frutas, leite e hortaliças, os agricultores familiares de Itapuranga diversificam seus sistemas de produção, como estratégia para assegurar a reprodução social e a autonomia, frente aos mercados cada vez mais competitivos e instáveis. O desenvolvimento de duas ou mais atividades produtivas comerciais, combinadas com os cultivos alimentares, proporciona certa segurança para enfrentar os problemas de oscilação dos mercados, das entressafas e das ameaças ambientais e fitossanitárias das plantações. Embora, em sua origem, a diversificação fosse determinada pela segurança do consumo da família, atualmente se torna uma estratégia de redução de riscos e instabilidades do mercado e do meio ambiente.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os agricultores familiares de Itapuranga demonstraram grande capacidade de construir,

reconstruir e adaptar seus sistemas de produção. Na década de 1950, os agricultores desenvolveram sistemas de produção diversificados, orientados ao consumo familiar e à comercialização dos excedentes, valendo-se de técnicas de produção tradicionais, transmitidas entre as gerações. No contexto da modernização da agricultura, houve intensificação do cultivo das lavouras de arroz, milho e feijão, decorrente da oferta de crédito rural, incorporação de novas tecnologias nos processos produtivos e da ampliação das demandas do mercado. Porém, em razão dos elevados custos de produção e dos baixos preços desses produtos no mercado, os agricultores passaram a redefinir os sistemas de produção, com a introdução de cultivos de frutas. Na década de 1990, as culturas de maracujá, banana e mamão tornaram-se importantes alternativas produtivas para os agricultores familiares, em decorrência das demandas nos mercados local e regional.

Os agricultores familiares perceberam que a fruticultura, combinada com a produção de leite e hortaliças, constituía uma estratégia para garantir a sua reprodução social, num contexto marcado pela crise nos sistemas de lavouras diversificadas. A forma de organização dos sistemas de produção de frutas induziu os agricultores familiares a se relacionarem, progressivamente, com os mercados de máquinas e insumos agrícolas. As trocas mercantis entre os diversos segmentos intensificaram-se, à medida que a cadeia produtiva de frutas se consolida no município. A produção de frutas está destinada à comercialização, visando à obtenção dos recursos necessários para a aquisição dos fatores e meios utilizados no próximo cultivo, criando um ciclo da dependência. Neste sentido, a especialização dos processos produtivos em torno das frutas, verduras e bovinocultura de leite aumenta a vulnerabilidade dos agricultores e, de certa forma, ameaça sua reprodução social.

Para ampliar a margem de autonomia, frente aos mercados, os agricultores familiares de Itapuranga procuram combinar os sistemas de cultivo e de criação. Outra medida importante para garantir a estabilidade socioeconômica é a produção para o consumo familiar. Essa produção contribui para a segurança alimentar e manutenção das unidades familiares e, em alguns casos, permite melhorias na qualidade de vida e na infraestrutura, à medida em que reduz as saídas monetárias. Assim, a produção para consumo familiar constitui-se em fonte de renda não monetária, que proporciona estabilidade na renda familiar, reduz a vulnerabilidade do mercado e as

adversidades do meio ambiente, diminui os custos com a alimentação e fortalece os modos de vida dos agricultores familiares.

Enfim, a fruticultura foi uma opção produtiva, que possibilitou a reprodução social dos agricultores da agricultura familiar de Itapuranga. Porém, a sustentabilidade socioeconômica dos agricultores familiares precisa de soluções aos entraves da cadeia produtiva de frutas, que pode ser alcançada pelo fortalecimento das redes de instituições locais e externas ao município. Essa é uma tarefa árdua, mas os agricultores familiares demonstraram capacidade extraordinária de construir, reconstruir e adaptar os sistemas de produção, conforme suas necessidades e condições socioeconômicas e ambientais.

## REFERÊNCIAS

- CAUME, D. J. *A agricultura familiar no Estado de Goiás*. Goiânia: Ed. da UFG, 1997.
- CORRALES, H. M.; RIBIER, V. Analisis de la realidad agrária. *Imágenes*, Heredia, v. 1, n. 2, p. 69-80, 1993.
- DUARTE, L. E. A. M. *O poder e a estrutura agrária nos municípios de Ceres e Jaraguá: uma análise comparativa*. 1999. 402 f. Tese (Doutorado em História Econômica)—Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.
- GARCIA FILHO, D. P. *Análise do diagnóstico de sistemas agrários: guia metodológico*. Brasília, DF: INCRA/FAO, 1999.
- GUANZIROLI, C. et al. *Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.
- LUNARDI, V. L. *A organização dos trabalhadores rurais (sindicato, associação, cooperativa) e a agricultura familiar: uma reflexão sobre o Estado de Goiás*. 1999. 161 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Sociedade e Agricultura)—Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Estado de Goiás: número de contratos e montante do crédito rural do Pronaf*. 2006. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br>>. Acesso em: 29 nov. 2006.
- ZILBERSZTAJN, D. Conceitos gerais, evolução e apresentação do sistema agroindustrial. In: ZILBERSZTAJN, D.; NEVES, M. F. (Orgs.). *Economia e gestão dos negócios agroalimentares*. São Paulo: Pioneira, 2000. p. 1-21.